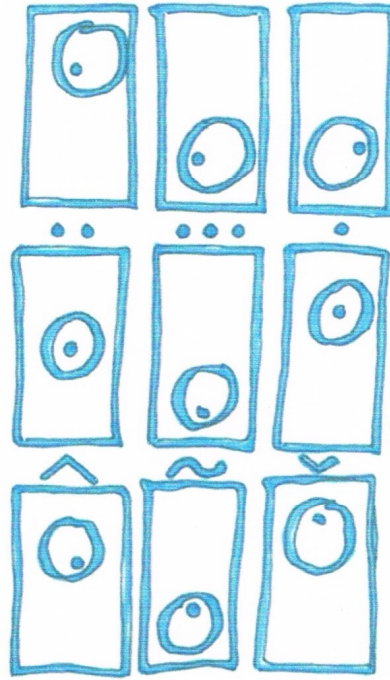


Joaquim Gronita

Doutorado e Título de Especialista em Psicologia;
Terapeuta Familiar



Decorria o ano de 1990, ainda a concluir a licenciatura, quando iniciei a minha relação laboral com a Cercizimbra, o que se prolongaria pelas duas décadas seguintes. Esta relação foi enriquecida por outro vínculo, o de sócio cooperante, então condição necessária para pertencer a esta comunidade. Este duplo vínculo permitiu aceder a uma experiência de gestão cooperativa e participada, que viria a constituir um suporte experienciado para perspetivas teóricas posteriormente estudadas, nomeadamente as temáticas do desenvolvimento local, do desenvolvimento comunitário e dos modelos de funcionamento de equipas.

A par destas relações formais, os valores e a cultura organizacional, promotores de relações informais, de solidariedade e de envolvimento comunitário, assim como os objetivos estatutários da instituição, consolidaram um sentimento de pertença difícil de quebrar. Esta minha forte ligação parece comum a muitos outros profissionais que, em determinada altura, finalizaram a sua relação laboral com a Cercizimbra, mas que a ela se têm mantido vinculados. Também eu tomei esta opção. Mantive a relação formal possível. Continuar a ser sócio cooperante.

Contudo, reconheço que foi ao nível afetivo e emocional que esta vinculação teve mais repercussões. Por isso, fiquei muito grato pela possibilidade de

escrever estas palavras e, desta maneira, procurar testemunhar a importância da Cercizimbra para a minha identidade profissional e, porque não, pessoal. A minha evolução profissional e pessoal ficou intrincada com a história e a vivência nesta instituição. E no jogo de dar e receber, sem dúvida que o saldo positivo balanceou para o meu lado.

Ultrapassadas as dificuldades iniciais, eventuais excessos característicos de um período pós-revolucionário que lhe deram origem e com a experiência e maturação acumuladas ao longo de década e meia, ingressei na Cercizimbra numa fase de grande desenvolvimento institucional e de consolidação dos seus instrumentos de gestão. Embora sem uma gestão profissional, o seu rigor e transparência foi-se traduzindo no reconhecimento das outras instituições e agentes económicos da comunidade, constituindo uma aprendizagem mantida como referência até hoje.

Ainda nesta fase, foi possível testemunhar que a sua estrutural insuficiência orçamental, poucas vezes constituiu uma limitação para o desenvolvimento institucional, para a inovação e para a criação de respostas necessárias para a comunidade sesimbrense.

Os seus trabalhadores, simultaneamente cooperantes, encontravam-se imbuídos numa cultura organizacional onde urgia o fazer, o construir e o promover respostas para as necessidades identificadas. Foram momentos de criatividade, de aprofundamento técnico e de intervenção social, proporcionando grande realização profissional.

Mas também foram momentos para sentir a solidariedade e o humanismo. Basta recordar a atitude e decisões tomadas pelos seus órgãos de gestão, quando fui vítima de um acidente grave, que ocorreu no âmbito da minha vida privada, pouco tempo depois da minha admissão. Pequenos atos de uma gestão humanizada, que jamais poderemos esquecer.

Estas foram vivências que me enquadraram na instituição. Paralelamente a uma breve passagem pela então recente Formação Profissional, fui enquadrado noutra projeto de desenvolvimento institucional, a Unidade Integrada de Atendimento à Infância, logo em 1991. Esta, constituiu a minha experiência primordial, principalmente no que se refere ao Serviço Técnico de Intervenção Precoce (STIP), valência que entrou em funcionamento em 1993 e que atualmente integra a Equipa Local de Intervenção, do Sistema Nacional de Intervenção Precoce.

Passados mais de 25 anos, a última experiência referida e as aprendizagens daí decorrentes, continuam a orientar a minha carreira profissional e académica, o que justifica que, de seguida, incida nela a minha reflexão.

Contextualizando o STIP, importa evidenciar que o mesmo pautava pela primazia da humanização e da qualidade das respostas levadas a cabo e perpetuava uma cultura de transmissão oral conjugada com a transmissão de conhecimentos assente na modelagem, onde a tutoria dos recém-chegados é naturalmente

aceite por quem chega e tida como responsabilidade por quem os recebe. Era a herança cultural da organização que se intrincava na sua nova resposta social. Com afinco, tentava inculcar naquela equipa a minha própria vivência, o que só muito posteriormente consciencializei.

Este processo de inclusão dos seus novos colaboradores/cooperantes fomentava o seu desenvolvimento profissional, assente no saber-fazer e no método de resolução de problemas. Esta “passagem ao acto” encontra a sua raiz histórica nos primórdios da organização. À semelhança do que aconteceu noutras zonas do país e impelidos pelos movimentos sociais pós-revolucionários, os sesimbrenses com filhos com necessidades educativas especiais associaram-se a líderes formais e informais da comunidade para, num acto de desenvolvimento comunitário, encetarem esforços para alterar o seu problema, isto é, para proporcionarem às suas crianças o direito de acesso à Escola, à Educação. Chegava a altura de transpor a exclusão a que estas crianças estavam sujeitas pelo Sistema Nacional de Educação, pragmatizando a ideologia expressa na nova Constituição – garantir o acesso e gratuidade da Educação para todos. Numa postura de desafio, a Cercizimbra manteve ao longo da sua existência a capacidade de contrariar a inexistência de respostas, de corresponder a emergências sociais e gerir focos caóticos e/ou periclitantes no tecido social. Esta capacidade constituiu a sua primeira mais valia, que até hoje se esforça por conservar. Desta orientação institucional, a de colmatar as necessidades dos que a ela recorrem e da comunidade onde se insere, decorreu um forte desenvolvimento e crescimento institucional que se expressa, hoje, na multiplicidade de serviços que presta à comunidade. Este é outro fator de contextualização do STIP que importa evidenciar para a compreensão do seu trajeto e, paralelamente, para o entendimento do contributo institucional para o desenvolvimento profissional, e pessoal, dos que durante um determinado período de tempo acertaram o seu passo com a Cercizimbra. Foi o meu caso.

Readaptando-se às diferentes fases do desenvolvimento institucional, o modelo de acolhimento e desenvolvimento profissional anteriormente explicado baseava-se em relações de proximidade e de individualização e revelava forte eficácia dentro da organização.

Porém, consequência de uma cultura organizacional forte, as representações sociais e o discurso comum, construído sobre a realidade social e perpetuados por aquele modelo de inclusão dos novos colaboradores, constituíam pontuais dificuldades na interação com os outros profissionais da comunidade e, principalmente, na transmissão da sua experiência e saber para fora da comunidade. Nada que não constituísse mais um desafio para a instituição e para os seus profissionais.

O último marco histórico indispensável para a contextualização do STIP foi a longa experiência institucional na promoção da inclusão de crianças com deficiência em contexto educativo regular e na promoção da inclusão social das suas famílias.

Assim, quando na segunda metade da década de 70 do século passado proliferavam no nosso país as respostas institucionais especializadas e exclusivas para as crianças e jovens com deficiência, a Cercizimbra, num movimento antecipatório das recomendações teóricas nacionais e internacionais e das práticas mais atuais, já desenvolvia uma experiência de inclusão de crianças com necessidades educativas especiais em jardim de infância (Campos, Dantas, Gronita, Casaca, Ramos & Fortuna, 1991; Gronita, 1996, 2012, 2014).

Quase a completar 4 décadas de existência, a valência de Jardim de Infância sempre foi um estabelecimento regular, atendendo, desde o seu início, todas as crianças, sem exceção. Como afirmamos noutros textos, naquela fase inicial já antecipava “uma pedagogia diferenciada”, constituindo “salas com 15 crianças cada, tendo como orientação pedagógica a intervenção no grupo ‘recetor de crianças’, pois já concebiam que ‘integrar não é colocar’ e que seria necessário intervir no contexto, ou ‘no meio recetor’, como então afirmavam (Campos, Dantas, Gronita, Casaca, P. Ramos, & Fortuna, 1991; Gronita, 1996, 2012, 2014). Por outro lado, a Cercizimbra inovava com a sua perspetiva inclusiva, disponibilizando “a sua equipa multidisciplinar para o apoio aos outros estabelecimentos de ensino pré-escolar do concelho, na altura todos da rede solidária, sempre que estes identificavam crianças com necessidades educativas especiais nos seus estabelecimentos de ensino e para os quais revelavam dificuldades na adequação as suas práticas pedagógicas” (Gronita, 2014).

Se bem que esta prática seja hoje um procedimento normalizado, legislado e estruturado a nível nacional e não constitua qualquer inovação, sendo antes entendida como um direito universal, trata-se de uma opção institucional que nem sempre acolheu consenso e aprovação, tendo-se mesmo deparado com pontuais movimentos de resistência. Esta, evidenciou-se ao nível da comunidade e, em determinada altura, na década de 80, também se manifestou ao nível dos profissionais que se reproduziam sob a forma de Estado, como os designa Boaventura Sousa Santos (Santos, 1997, 2009). A Cercizimbra foi aconselhada a abandonar esta prática, alegadamente, excessiva e incorreta, do ponto de vista técnico. Uma representante da tutela insistia na conversão num jardim de infância exclusivamente para crianças com necessidades educativas especiais. Só o empenho conjunto dos órgãos de gestão e da equipa técnica da Cercizimbra, consolidaram uma entusiasta e convicta defesa dos seus princípios orientadores em favor da construção de uma sociedade inclusiva. Esta forte apologia e, mais tarde, os dados naturalmente recolhidos desta experiência permitiram, pouco a pouco, enfrentar e ultrapassar os obstáculos encontrados. Retomando os contributos da Cercizimbra para o meu desenvolvimento pro-

fissional, a alusão a outros textos da minha autoria nos parágrafos anteriores, revelam a necessidade de continuar, na atualidade, a refletir e a teorizar sobre acontecimentos vivenciados ou apropriados da história da instituição. Em Boaventura Sousa Santos encontrei fundamentação teórica para a valorização que passei a atribuir aos contributos do grupo de profissionais que se reproduzem “melhor sob a forma de sociedade civil” e para compreender melhor a tensão dialética das sociedades modernas ocidentais, entre o Estado e a sociedade civil (B. S. Santos, 1997, 2009). Consequentemente, fui influenciado no modo como entendo a participação da sociedade civil na definição de políticas públicas, especialmente na área das políticas sociais.

Do mesmo modo, a comunidade Sesimbrense também se foi apropriando da experiência, resultados e práticas da Cercizimbra, o que parece ter constituído um pilar do desenvolvimento da instituição.

Ora vejamos. A constituição da Cercizimbra decorreu de um movimento de pais, numa comunidade que, na altura, era relativamente pequena e onde se evidenciava o papel da rede de suporte informal entre as famílias através das relações de vizinhança. Depressa a instituição se apercebeu que não podia descurar a importância deste tipo de relações como veículo de difusão da informação e como potenciador de credibilidade de uma qualquer resposta social que emergisse nesta comunidade. Os testemunhos das próprias famílias constituíram a pedra angular, já que este tipo de diálogo avaliativo fazia parte das rotinas das aldeias que circundavam o jardim de infância.

Neste processo, as famílias que pontualmente hesitavam em colocar as suas crianças em contacto com outras com necessidades especiais, nomeadamente receando uma eventual regressão no desenvolvimento do seu próprio filho, ultrapassavam frequentemente os seus receios e passavam a confiar no modelo, depois de conferenciar com alguns membros da sua rede informal ou mesmo formal, isto é, quer com as famílias envolvidas nos órgãos sociais da Cooperativa quer com famílias cujos filhos já frequentavam o jardim de infância.

Por outro lado, também na generalidade oriundos desta comunidade, quase todos os funcionários da Cercizimbra optavam pela inscrição dos seus próprios filhos no “seu” Jardim de Infância, isto logo desde o primeiro ano de funcionamento. Se tivermos em conta as características da comunidade acima referidas, poderemos considerar que também este facto constituía um testemunho para o grau de confiança que as famílias necessitavam. Não menos importante, foi o igual procedimento de vários profissionais de educação e de saúde reconhecidos no concelho, ao escolherem este jardim de infância para os seus próprios filhos.

Quanto à rede formal, as instituições concelhias de educação e de saúde e os seus profissionais desde cedo procederam ao encaminhamento das crianças identificadas com algum tipo de necessidades especiais para este jardim de infância. Paralelamente, foram-se arrolando pequenas experiências de inclusão de crianças noutros estabelecimentos de educação pré-escolar do concelho, conforme acima referido.

Nestes primeiros tempos, estas experiências aconteceram sobretudo quando a problemática da criança emergia ou era diagnosticada, após admissão no estabelecimento de educação pré-escolar. Confrontados com a problemática da criança e alegadamente com a falta de experiência, de conhecimentos e recursos humanos, o primeiro impulso dos dirigentes e/ou profissionais destes estabelecimentos traduzia-se, de um modo geral, num esforço para reencaminhar estas famílias para o Jardim de Infância da Cercizimbra. Face às relações de proximidade interinstitucional, por vezes, mesmo ainda antes de abordar a possibilidade deste reencaminhamento com as famílias, eram encetados contactos com a coordenação do Jardim de Infância para a inquirir acerca daquela eventual possibilidade. Estes passaram a ser momentos preciosos em que a equipa técnica da Cercizimbra, independentemente da existência ou não de vaga no seu estabelecimento de ensino pré-escolar (6 crianças com necessidades educativas especiais – 2 por sala), tentava alargar as experiências de inclusão a todos os equipamentos educativos do concelho. Assim, para além de disponibilizar o saber que se ia acumulando, eram também disponibilizados recursos humanos especializados. A pouco e pouco, numa articulação estreita, foram-se encetando desafios e experiências que constituíam trampolins para novos passos, pois numa comunidade onde todos os profissionais se conheciam, estas experiências faziam circular muita informação, tanto nas relações informais como formais. Sempre que estas práticas eram avaliadas positivamente, aumentava a possibilidade de se repetirem, em toda a rede de estabelecimentos pré-escolares do concelho.

Com esta dinâmica comunitária, emergiu a necessidade de constituir um grupo de trabalho composto por representantes dos equipamentos sociais do concelho, autarquia e representante da equipa de acção social do Centro Distrital de Segurança Social, tendo-se a então Delegação Escolar constituído como anfitriã. Com um papel importantíssimo, este grupo autodesignado Gisarzimbra – Grupo de Intervenção Social e Articulação de Sesimbra – existiu na década de 80 e primeira metade da década de 90, intensificando a dinâmica já existente e respondendo, de maneira articulada, aos aspetos sociais da infância e agindo tanto ao nível macro e global como, principalmente, em termos casuísticos.

Em termos da rede formal, o Gisarzimbra, sem enquadramento legislativo, reunia representantes de serviços públicos e privados e, como tal, foi ganhando reconhecimento por parte das instituições. As suas orientações e considerações passaram a ecoar em toda a rede formal.

No que diz respeito às crianças com necessidades especiais, este grupo de trabalho, ao longo da sua existência, foi acompanhando, apropriando-se e integrando os testemunhos e benefícios da prática inclusiva da Cercizimbra, no seu Jardim de Infância e nos restantes equipamentos pré-escolares do concelho. Daí, foi um passo para que se constituísse como um reforço importante na implementação e desenvolvimento desta prática.

Implantado numa zona de pequenas aldeias, a credibilidade do jardim de infância e deste seu pioneirismo foi crescendo e foi sendo reconhecida pela população em geral que acompanhava de perto as atividades pedagógicas desenvolvidas.

No que diz respeito às orientações, modelos e práticas dos profissionais nesta resposta social, a Cercizimbra disponibilizou profissionais de diferentes áreas disciplinares que conjuntamente com a equipa do jardim de infância traçaram o seu próprio caminho explorando, adequando e inovando práticas pedagógicas, a que não tinham acesso na literatura e que, tantas vezes, causavam apreensão em quem tinha responsabilidade de tutela.

O projeto da Unidade Integrada de Atendimento à Infância, assentou sobre estas linhas mestras. E as práticas que desenvolvi e fomentei na instituição, do mesmo modo, tiveram estas fontes. Ou seja, os meus contributos para a instituição decorreram fortemente do que aprendi com ela, no meu processo de desenvolvimento profissional, no tal modelo de transmissão oral e de transmissão de conhecimentos assente na modelagem, inicialmente explicado.

Em jeito de conclusão, partilho convosco a humildade que procuro ter, em termos académicos. Os conhecimentos que ensino e a investigação científica que atualmente desenvolvo, estão consolidadas em experiências vivenciadas no meu percurso profissional. Afinal de contas, o que somos e sabemos decorre das nossas vivências no momento atual, mas sobretudo, da experiência acumulada e vivenciada no passado. E a Cercizimbra foi, e continua a ser, uma fonte inesgotável de aprendizagem, que me tem proporcionando o desenvolvimento de um constructo conceitual, orientador do modo como perceciono a realidade social, em termos pessoais, como psicólogo e como académico. Tenho pensado nisto. E coloco a hipótese de a aprendizagem mais importante no meu percurso profissional na Cercizimbra tenha sido a que tão bem Bronfenbrenner (1979) conseguiu sintetizar:

"Um começo justo é aquilo que, do ponto de vista humano, se reclama para qualquer ser. Podemos considerar que se trata de um direito. Este direito de todos, obriga a uma definição de estratégias de intervenção e esperança renovadas."

Na verdade, foi isto que aprendi, foi por o que lutei e o que vivenciei, coletivamente, nas equipas da Cercizimbra a que pertenci. Por isso, muito obrigado.

Referências Bibliográficas

- Santos, B. S. (1997). Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 48, 11-32.
- Santos, B. S. (2009). Direitos humanos: o desafio da interculturalidade. *Revista Direitos Humanos*, 2, 10-18.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development. Experiments by nature and design*. Cambridge: Harvard University Press.
- Campos, A., Dantas, D., Gronita, J., Casaca, G., Ramos, P., & Fortuna, S. (1991). *Unidade Integrada de Atendimento à Infância*. Cercizimbra: não publicado.
- Gronita, J. (1996). Intervenção Precoce: a criança e a família. *Fenacerci*. Retirado de www.fenacerci.pt/infotec/docs/txt3163.doc, em 21 de maio de 2006.
- Gronita, J. (2012). Intervenção Precoce na Infância enquanto processo de Inclusão e de Desenvolvimento. In N. Ramos, E. Mendes, A. Silva, & J. Porfírio, (Coord). *Família, Educação e Desenvolvimento no séc. XXI: Olhares Interdisciplinares* (Parte II, pp. 83-90). Instituto Politécnico de Portalegre – Escola Superior de Educação: Portalegre. Retirado de <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/2189>
- Gronita, J. (2014). *Contributos para a análise de modelos organizativos em intervenção precoce na infância em Portugal*. Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal.